

## **7. ECONOMIA**

## Modalidade Pesquisa

### 7.1 O COMPORTAMENTO DO EMPREGO EM CRICIÚMA A PARTIR DA SUA REMUNERAÇÃO: UMA VISÃO DA ÚLTIMA DÉCADA

Gastaldon, M. C.<sup>1</sup>  
Mendes, G.S.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Instituto de pesquisa socioeconômica aplicada (IPESE/UNESC)

<sup>2</sup> Instituto de pesquisa socioeconômica aplicada (IPESE/UNESC)

Palavras chave: Emprego, Remuneração, Criciúma.

#### Introdução

O município de Criciúma, que é o mais importante da economia regional, apresentou na última década resultados expressivos na geração de empregos formais. Os trabalhadores locais ficaram incluídos no bom momento que resultou do contínuo crescimento da economia nacional. A remuneração da população empregada - variável que identifica a evolução do nível de renda, foi a categoria escolhida para o desenvolvimento deste resumo. O objetivo deste trabalho é compreender o comportamento do emprego formal em Criciúma pela sua remuneração no período de 2000 a 2010. Ou seja, não ficar limitado apenas à criação de empregos, mas mostrar sua remuneração.

#### Metodologia

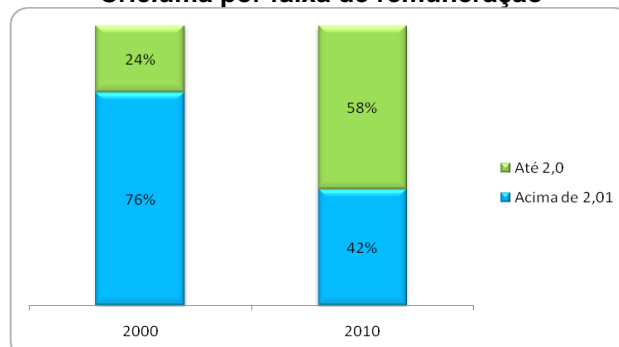
As informações sobre o emprego formal de 2000 a 2010 em Criciúma são provenientes de pesquisas ao Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, disponibilizados no banco de dados Ministério do Trabalho e Emprego. Após coletados, os números foram distribuídos em duas faixas de remuneração: até 2,0 salários mínimos e acima de 2,01 salários mínimos.

#### Resultados e Discussão

O estoque de empregos varia pela diferença entre admissão e desligamento. Os desligamentos podem ocorrer por demissão, aposentadoria e óbito. Em Criciúma, do total de 33.637 empregos no começo de 2000, se chegou ao final de 2010 com 59.631. Para a faixa de remuneração até 2,0 salários mínimos, ao longo desses anos, foram criados 26.760 empregos. Em contrapartida, houve a destruição líquida de 766 postos de trabalho na faixa de remuneração acima de 2,01 salários mínimos. Por conseguinte, os empregos remunerados até 2,0 salários mínimos, que em 2000 representavam 24% do total de empregos em Criciúma, ao final de 2010 teve sua participação aumentada para 58% dos postos de trabalho no município. Situação bastante diferente do que aconteceu para os empregos remunerados acima

de 2,01 salários mínimos. Conforme a figura 1, de uma participação de 76% caiu para somente 42%. Redução de 34 pontos percentuais.

Figura 1 – Composição dos empregos em Criciúma por faixa de remuneração



Fonte: Elaboração própria com base nos dados Rais/TEM

#### Conclusão

A geração de empregos em Criciúma registrou resultados expressivos ao longo da última década. Uma variação de 77,28%. Todavia, houve profunda mudança na composição da sua estrutura remuneratória. Em 2000, três de cada quatro empregos tinham remuneração acima de 2,01 salários mínimos. Em 2010 essa participação caiu para menos da metade. Ficou limitada em 42%. Infere-se que as contratações, embora crescentes, sejam de mão de obra de menor remuneração. Situação que inspira cuidados.

#### Fonte Financiadora

Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão.

#### Referências Bibliográficas

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Base Estatística RAIS. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>. Acesso em: 24 de julho de 2011

## 7.2 EMPREGO E CENTRALIDADE PRODUTIVA NA INDÚSTRIA DE MINERAIS NÃO METÁLICOS NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA NO PERÍODO DE 1985/2010

Gastaldon, M. C.<sup>1</sup>

Mendes, G.S.<sup>2</sup>

Oliveira, R.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Instituto de pesquisa socioeconômica aplicada (IPESE/UNESC)

<sup>2</sup> Instituto de pesquisa socioeconômica aplicada (IPESE/UNESC)

<sup>3</sup> Instituto de pesquisa socioeconômica aplicada (IPESE/UNESC)

Palavras chaves: Emprego, Especialização produtiva, Criciúma.

### Introdução

Ao longo do processo de desenvolvimento da estrutura produtiva sul catarinense, pode-se observar que a dinâmica econômica esteve em grande medida vinculada à indústria de extração mineral. Concentrando a maior parte da atividade carbonífera e suas interações produtivas, Criciúma tornou-se a referência econômica regional. Mesmo depois das reformas liberais no final dos anos 1980 com o fim dos subsídios à atividade carbonífera, Criciúma continua exercendo sua função de pólo regional, agora vinculado a uma indústria em potencial expansão na região: de minerais não metálicos. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o comportamento locacional do emprego na indústria de minerais não metálicos para o município de Criciúma nos anos de 1985 e 2010.

### Metodologia

O estudo baseia-se no método de Análise Regional (HADDAD, 1989). O indicador utilizado, Quociente Locacional (QL), consiste numa medida de localização de natureza setorial. Seu principal objetivo é identificar padrões de concentração ou dispersão do emprego numa região em relação à outra região de referência. Neste trabalho a relação estabelecida é Criciúma/Brasil. Sua fórmula é descrita por:

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij} / E_j}{E_{iBR} / E_{BR}}$$

Onde:  $E_{ij}$  é o emprego da atividade industrial  $i$  na região  $j$ ;  $E_j$  é o emprego industrial total da região  $j$ ;  $E_{iBR}$  é o emprego da atividade industrial no Brasil;  $E_{BR}$  é o emprego industrial total no Brasil. Os parâmetros de medida são: se  $QL_{ij} > 1$  há especialização produtiva na região  $j$ ; se  $QL_{ij} = 1$  a especialização na região  $i$  está nivelada à especialização da região de referência; se  $QL_{ij} < 1$  a especialização da região  $j$  é inferior a especialização da região de referência. Foram coletados os dados sobre o emprego, através de pesquisas realizadas no Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, disponível no Ministério do Trabalho e Emprego.

Murialdo Canto Gastaldon - mcg@unesc.net

Giovani da Silva Mendes – giovanihansi@gmail.com

Rosana de Oliveira – rosanaoliveira@unesc.net

### Resultados e Discussão

Como principal resultado verificou-se a estabilização em Criciúma do quociente locacional nos empregos na indústria de minerais não metálicos nos últimos 25 anos. Em 1985 o índice de especialização foi  $QL = 3,36$  e ao final de 2010,  $QL = 3,79$ . Seguem algumas considerações:

- No Brasil, os empregos da indústria em geral, cresceram 50,08% ao longo do período 1985/2010. Em Criciúma detectou-se uma retração de 35,73%.

- Em nível nacional, o crescimento do emprego na indústria de minerais não metálicos foi de 33,47%. Localmente apresentou-se uma contração de 35,51%.

- Mesmo com queda relativa no número de empregos, tanto na indústria em geral como na indústria de minerais não metálicos, Criciúma ampliou sua especialização nesse setor. Isto porque, em nível nacional, a indústria de minerais não metálicos teve um ritmo de crescimento menos acelerado que a indústria em geral.

### Conclusão

O quociente locacional identificou através da variável emprego, a concentração produtiva da indústria de minerais não metálicos em Criciúma. Percebendo-se que a especialização produtiva de Criciúma na atividade investigada apresentou um comportamento levemente crescente. Portanto, infere-se que as empresas desse segmento localizadas no município mantêm-se competitivas no contexto nacional.

### Fonte Financiadora

Pró Reitoria de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão.

### Referências Bibliográficas

HADDAD, Paulo Roberto. ECONOMIA REGIONAL: teorias e métodos de análise. Fortaleza, BNB, 1989.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Base Estatística RAIS**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>. Acesso em: 11 de julho de 2011.

## Modalidade Pesquisa

### 7.3 O MERCADO DE TRABALHO JUVENIL: UM COMPARATIVO DOS GOVERNOS FHC E LULA

Gastaldon, M. C.<sup>1</sup>

João, E. S.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Instituto de pesquisa socioeconômica aplicada (IPESE/UNESC)

<sup>2</sup> Curso de Economia (UNACSA/UNESC)

Palavras chave: Mercado de trabalho. Jovem. FHC. Lula

#### Introdução

A busca por espaço no mercado de trabalho representa um grande desafio ao público jovem. O objetivo deste resumo é apresentar a evolução do emprego formal para os jovens no Brasil, comparando-se os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) com o mesmo tempo de governo Luís Inácio Lula da Silva (Lula) a partir da categoria remuneração.

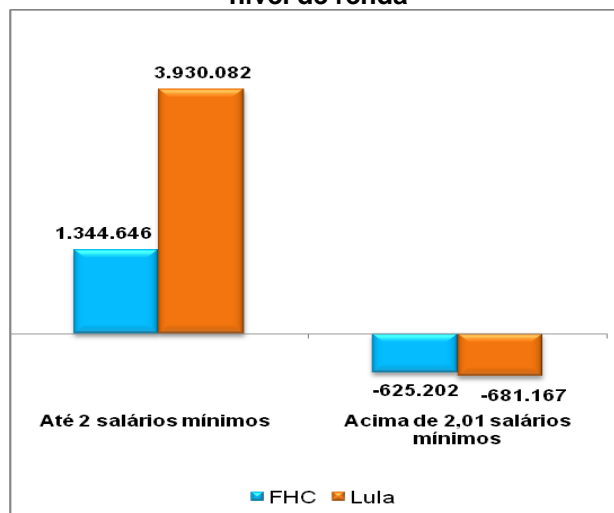
#### Metodologia

O público jovem objeto deste resumo é composto por todas as pessoas formalmente empregadas com até 24 anos de idade. Os dados de emprego por remuneração até dois e acima de 2,01 salários mínimos, foram apurados em pesquisa realizada no Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em seguida foram consolidados em dois grupos: oito anos para FHC e oito anos para Lula.

#### Resultados e Discussão

Entre os principais resultados constata-se que o volume de empregos criados para os jovens no Governo Lula é bem superior ao do governo anterior. Enquanto no governo FHC o saldo – admissão menos desligamento, foi de 719.444 empregos para os jovens, no governo Lula chegou-se a 3.248.915 empregos para o público dessa faixa etária. Todavia, quanto mais elevada a renda medida em salário mínimo, verificou-se nos últimos dezesseis anos uma involução absoluta e persistente na quantidade de jovens empregados. Conforme pode ser observado na figura 1, no governo FHC houve a destruição líquida de 625 mil postos de trabalho para os jovens com remuneração acima de 2,01 salários mínimos. No governo Lula o quadro foi pior. Enquanto até 2,0 salários mínimos foram criados 3,9 milhões de empregos, acima de 2,01 salários houve uma perda líquida de 681 mil empregos para os jovens. Ou seja, a oferta crescente de empregos para o público mais jovem está dissociada de melhores remunerações.

Figura 1 - Saldo gerado de empregos para o público jovem nos governos FHC e Lula por nível de renda



Fonte: Elaboração própria com base nos dados Rais/Mte

#### Conclusão

A geração de empregos foi bem mais intensa no governo Lula que no FHC. Todavia, as contratações estão limitadas às faixas até 2,0 salários mínimos. Acima dessa remuneração ocorre destruição líquida de emprego. Por conseguinte, nos últimos dezesseis anos, o aumento na oferta de empregos para os jovens não foi acompanhada por melhores salários.

#### Fonte Financiadora

Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas

#### Referências Bibliográficas

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Bases Estatísticas RAIS/CAGED**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>. Acesso em: 04 de maio de 2011.

POCHMANN, Marcio. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: ABET, 1998.

\_\_\_\_\_. **A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

## 7.4 INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA TRAJETÓRIA ECONÔMICA DAS SUPERINTENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL 1967-1990.

Goularti Filho, A.<sup>1</sup>, Almeida, A.S.<sup>2</sup>, Messias, T.A.<sup>3</sup>.

Palavras chaves: *desenvolvimento regional, instituições, história econômica.*

### Introdução

Instituída a partir do Decreto-Lei n. 301, de 28 de fevereiro de 1967, e extinta pela Medida Provisória n. 151, de 15 de março de 1990, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) atuou na formulação, coordenação e orientação projetos para o desenvolvimento da Região Sul do Brasil ao longo de 19 anos. Foi criada no bojo de um movimento nacional, na segunda metade da década de 1960, de fortalecimento de órgãos de desenvolvimento regional — que se metamorfosearam em autarquias e se tornaram grandes instrumentos estatais para promover o desenvolvimento. As autarquias eram: SUDAM — Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; SUDECO — Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste; SUDENE — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. O objetivo deste trabalho é realizar um estudo comparativo entre as trajetórias dessas quatro autarquias, no período de 1967 a 1990, na perspectiva da história econômica, com ênfase na SUDESUL.

### Metodologia

O trabalho está sendo desenvolvido a partir de fontes primárias, com documentos das superintendências, relatórios de receitas e despesas do Orçamento Geral da União (deflacionados e transformados em real) e conjuntos de leis e decretos da República. Documentos coletados: no Rio de Janeiro — na Biblioteca Nacional, na biblioteca do Ministério da Fazenda e no Arquivo Nacional; Em Brasília — nas bibliotecas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e no Arquivo Nacional na coleção do Ministério do Interior.

### Resultados e Discussão

Observando a evolução histórica dos recursos repassados às quatro autarquias, pudemos constatar que a maior parte dos recursos utilizados para a questão regional brasileira eram destinados à SUDENE e SUDAM. Ainda, através de um trabalho com vistas a periodizar as trajetórias das autarquias dentro de movimentos que unifiquem sínteses de

períodos, demonstramos como a questão regional brasileira funda suas bases na década de 60, atinge seu ápice na década de 70 e encontra nas décadas de 80 e 90 seu momento de estagnação e desaparecimento.

### Conclusão

Da mesma forma que a importância relativa do Sudeste para o crescimento econômico do país acabou concentrando os investimentos estatais do Plano de Metas, o baixo grau de desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste ditou naturalmente a distribuição dos recursos entre as autarquias de desenvolvimento regional.

### Fonte Financiadora

MCT/CNPq.

### Referências Bibliográficas

- BRASIL. **Conjunto de Leis do Senado Federal.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/>
- \_\_\_\_\_. **Balancos Gerais da União.** Série de 1971 a 1989.
- GOULARTI FILHO, A.; ALMEIDA, A. S.; MESSIAS, T. A.. **A trajetória da SUDESUL e as políticas de desenvolvimento regional para o sul do Brasil 1967-1990.** In: V Encontro de Economia Catarinense, 2011, Florianópolis.
- SUDAM. **Primeiro Plano quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971.** Belém, 1967.
- SUDENE. **I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1961-1963.** Recife: DIV documentação, 1966.
- SUDENE. **II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1963-1965.** Recife: DIV documentação, 1966.
- SUDENE. **III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1966-1968.** Recife: DIV documentação, 1966.
- SUDECO. **Plano de desenvolvimento da região Centro-Oeste.** 2 ed. Brasília, 1988.

<sup>1</sup> Professor da UNESC, Pesquisador Produtividade CNPq - [alcides@unesc.net](mailto:alcides@unesc.net)

<sup>2</sup> Acadêmico da UNESC, bolsista PIBIC/CNPq - [andre.scholl@hotmail.com](mailto:andre.scholl@hotmail.com)

<sup>3</sup> Acadêmica da UNESC, bolsista PIBIC/CNPq - [talita-alves@hotmail.com](mailto:talita-alves@hotmail.com)

## **7.5 O COMÉRCIO BRASIL-CHINA: UMA ABORDAGEM ATUALIZADA EM SUAS RELAÇÕES DE TROCA**

Gastaldon, M. C.<sup>1</sup>

Borges, D.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Instituto de pesquisa socioeconômica aplicada (IPESE/UNESC)

<sup>2</sup> Curso de Economia (UNACSA/UNESC)

*Palavras chave: Brasil. China. Relações de troca.*

### **Introdução**

Brasil e China ocupam uma posição de destaque e crescente no mercado mundial. As relações comerciais entre esses dois países tem evoluído consideravelmente. Para se conhecer mais a respeito desse comércio, o presente resumo mostra a evolução das relações de troca Brasil-China por intensidade tecnológica. O objetivo deste resumo é apresentar o desempenho do comércio Brasil-China por intensidade tecnológica em 2010.

### **Metodologia**

Do banco de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foram identificados os produtos e preços por quilograma que formaram a pauta comercial Brasil-China em 2010. Em seguida fez-se a organização dos produtos por intensidade tecnológica, conforme a classificação da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento), que é adotada internacionalmente. Com os agrupamentos ficou possível a comparação dos termos de troca do comércio Brasil-China por intensidade tecnológica.

### **Resultados e Discussão**

De um total de US\$ 25,6 bilhões de importação de produtos chineses em 2010, as compras do Brasil foram mais significativas no grupo de produtos com média alta intensidade tecnológica. Na última posição estão os produtos de baixa intensidade tecnológica. Em relação às exportações para a China – que alcançaram US\$ 30,8 bilhões, os produtos brasileiros estavam mais concentrados no grupo de média baixa tecnologia. O grupo de baixa intensidade ocupou a segunda posição e em último lugar ficaram os produtos de alta intensidade tecnológica. No cotejamento dos grupos, os termos de troca - medidos em dólar por quilograma. (US\$/kg), entre Brasil e China apresentaram índices distintos. No comparativo dos produtos de alta intensidade tecnológica, as relações foram favoráveis ao Brasil. Para cada US\$ 0,01 que o Brasil pagou à China por quilograma importado, recebeu daquele país US\$ 1,0 pelo mesmo volume

exportado. No grupo de produtos de média alta intensidade, para cada US\$ 2,27/kg que pagava ao comprar produtos chineses, o Brasil recebia somente US\$ 1,0. Na categoria média baixa o Brasil pagou US\$ 7,66/kg de importação para cada US\$ 1,0 que recebeu da China pela mesma quantidade exportada. Para os produtos de baixa intensidade tecnológica, para cada kg adquirido da China, o Brasil desembolsou US\$ 7,49 contra US\$ 1,0 recebido pelo pagamento de suas exportações.

### **Conclusão**

Em 2010 o Brasil levou grande vantagem em termos de troca no comércio com a China, de produtos com alta intensidade tecnológica. Mas como esse segmento representa somente 1,3% das exportações brasileiras para esse país, tal vantagem precisa ser bastante relativizada. Para os demais grupos classificados de acordo com a tecnologia, a vantagem foi da China, principalmente nas categorias média baixa e baixa intensidade tecnológica.

### **Fonte Financiadora**

Pró-Reitoria de pós-graduação, pesquisa e extensão.

### **Referências Bibliográficas**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Estatísticas de Comércio Exterior**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna>. Acesso em: 20 de maio de 2011.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Notas sobre o Desenvolvimento Econômico Recente na China**. Disponível em: <http://www.iae.usp.br/artigos>. Acesso em: 22/10/2010.

PELAES, Victor, SZMRECSÁNYI, Tamás. **Economia da Inovação Tecnológica**. São Paulo, 2006. 497p

## 7.6 COOPERATIVAS VIRTUAIS NO MEIO RURAL: A SUBJETIVIDADE DO TRABALHO DO CAMPO

Estevam, D.O.<sup>1</sup>

Felipe, D.F.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Professor da UNESC e membro do grupo de pesquisa: Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas da UNESC/CNPq.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNESC. Bolsista do programa de Iniciação científica (PIBIC-UNESC).

Palavras-chave: Cooperativismo virtual; trabalho; subjetividade.

### Introdução

**Introdução:** Este resumo trata dos resultados do projeto PIBIC – 2010-2011 da UNESC/CNPq desenvolvido sobre as experiências de Cooperativas Virtuais ou não patrimoniais da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), Região Sul do Estado de Santa Catarina. Estas cooperativas são organizações caracterizadas por terem a produção descentralizada nas propriedades rurais e a comercialização realizada conjuntamente pelos produtores rurais. A criação dessas estruturas cooperativas surgiu devido às dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares em comercializar a produção legalmente, em virtude das inúmeras exigências sanitárias, fiscais e ambientais. Atualmente são cinco cooperativas em funcionamento na região: Coofanove de Nova Veneza; Nosso Fruto de Criciúma; Coonafor de Forquilha; Coopafi de Içara e Coofasul de Urussanga. Destas se estudou as três mais antigas (Coofanove, Coopafi e Coonafor). Desta forma o objetivo desta pesquisa foi estudar a percepção destes/as cooperados/as em relação as mudanças na forma de trabalho e como estes processos estão sendo assimilados.

### Metodologia

**Metodologia:** a pesquisa foi exploratória qualitativa e para atingir o objetivo proposto foram entrevistado(a)s seis cooperado(a)s, por meio de um questionário semiestruturado. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Em relação aos dados secundários foram obtidos através de documentos internos das Cooperativas (folders, informativos, estatutos, regimentos internos e convênios), Epagri; IBGE; Revistas científicas, livros e trabalhos acadêmicos produzidos sobre o tema. Para a análise dos conteúdos, a primeira etapa consistiu na transcrição das entrevistas e leitura do material em que foi dividido os conteúdos das entrevistas e discursos advindos a partir de uma identificação de unidades de registro de acordo com as categorias que os abrangem depois transformados em artigos.

### Resultados e Discussão

**Resultados e Discussão:** Os resultados da pesquisa dão conta de que essa forma de organização cooperativa tem sido implantada na Região com certa intensidade, principalmente na última década. Já foram criadas cinco e várias outras estão em processo de discussão e implantação. O que se constatou é que essa nova forma de organização coletiva possibilitou inúmeros benefícios, pois os cooperados tiveram aumento significativo de renda, possibilitando manter-se na atividade com certa autonomia; mas também, é permeada por dúvidas, incertezas e desconfianças, uma vez que o trabalho continuou a ser realizado pela família na propriedade, mas passou-se a depender da decisão da coletividade, pois os compromissos agora assumidos não são mais individuais, mas pelo grupo e o não compromisso de um cooperado compromete o resultado de todos.

### Conclusão

**Conclusão:** Apesar de ter-se atingido os objetivos, constatou-se a necessidade de aprofundar o tema, que ainda é pouco estudado no Brasil, por isso merece um estudo mais rigoroso sobre esta nova forma de organização cooperativa no campo.

### Fonte Financiadora

**Fonte financiadora:** Programa PIBIC/ CNPq – UNESC 2009/2010.

### Referências Bibliográficas

ESTEVAM, Dimas de O. **Cooperação Agrícola: desafios e perspectivas.** Monografia de conclusão do curso de Economia. Florianópolis: UFSC, 1994.

MANCINI, Euclides A. **Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica.** Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

SEPULCRI, Odílio. **Redes de organização para comercialização.** Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br>. Acesso em 24 jun. 2010.

## 7.7 O COMÉRCIO INTERNACIONAL DA AMREC: UMA ANÁLISE ATUAL

Gastaldon, M. C.<sup>1</sup>  
Medeiros, C. S.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Instituto de pesquisa socioeconômica aplicada (IPESE/UNESC)

<sup>2</sup> Curso de Economia (UNACSA/UNESC)

Palavras chave: Amrec. Comércio Internacional. Exportação. Importação.

### Introdução

A Amrec – Associação dos municípios da microrregião carbonífera, registrou no último ano participação crescente no comércio internacional. O objetivo deste resumo é mostrar esse comportamento destacando os principais produtos transacionados no cotejamento do primeiro quadrimestre de 2010 com 2011.

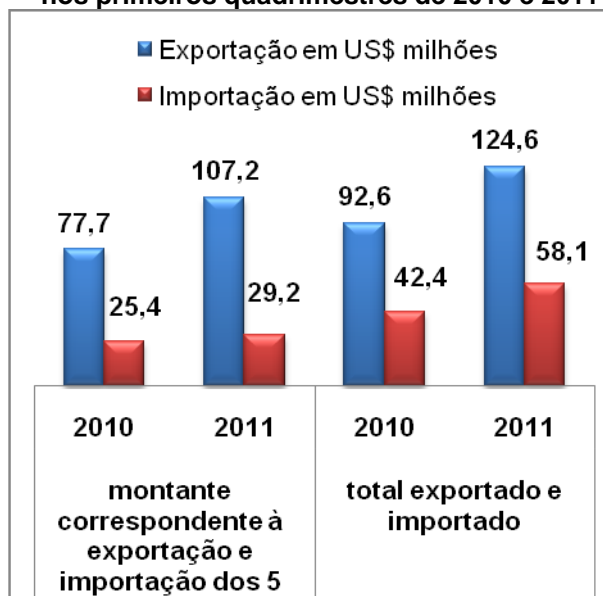
### Metodologia

Do banco de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foram identificados os cinco principais produtos comercializados pela Amrec em 2010-Q1 e 2011-Q1. Em seguida, os mesmos foram agrupados em duas categorias: exportações e importações para os dois períodos. Formados os grupos, fez-se as comparações, cujos resultados estão a seguir.

### Resultados e Discussão

Em 2010-Q<sup>1</sup>, a exportação dos cinco principais produtos somou US\$ 77,7 milhões, representando 83,9% das exportações totais da Amrec. Já em 2011-Q2, as exportações alcançaram US\$ 124,6 milhões e os cinco principais produtos somaram US\$ 107,2 milhões. Para os dois períodos os cinco principais produtos exportados foram coincidentes: pedaços comestíveis de frangos; cerâmica; outras carnes; vitrificáveis; e máquinas para avicultura. Pelo lado das importações, em 2010-Q1 elas alcançaram US\$ 42,4 milhões. Os principais produtos somaram US\$ 25,4 milhões, representando 59,9% no total das importações. No primeiro quadrimestre de 2011 as importações alcançaram US\$ 58,1 milhões, com os cinco principais produtos somando US\$ 29,2 milhões. Participação de 50,2%, ou seja, 9,7 pontos percentuais a menor no comparativo com 2010-Q1. Os principais cinco produtos importados nesse período, também são coincidentes: garrações, de plásticos; hulha betuminosa; cerâmica não esmaltadas; areias de zircônio; e máquinas para preparação de carnes.

Figura 1 – Exportações e importações da Amrec nos primeiros quadrimestres de 2010 e 2011



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC/SECEX

### Conclusão

No primeiro quadrimestre de 2011 as exportações dos cinco principais produtos cresceram 37,9% em relação ao mesmo período de 2010. Quando o comparativo é do total exportado, a variação é muito próxima, corresponde a 34,5%. Para as importações o comportamento foi outro. No tocante ao total importado a variação chegou a 37%. Porém, quando a comparação se restringe aos cinco principais produtos, o crescimento ficou em 15%.

### Fonte Financiadora

Pró-Reitoria de pós-graduação, pesquisa e extensão.

### Referências Bibliográficas

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Estatísticas de Comércio Exterior**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna>. Acesso em: 02 de agosto de 2011.

## 7.8 A RELAÇÃO DE CURTO E LONGO PRAZO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS E O LUCRO OPERACIONAL

Fabris, T.R.<sup>1</sup>

Fontana, M.L.L.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Curso de Economia (UNESC) Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor – POPE Institucional

<sup>2</sup> Curso de Economia (UNESC)

Palavras chaves: Lucro Operacional, Variáveis Macroeconômicas, Petrobrás.

### Introdução

A previsão desempenha um papel importante no processo de planejamento, tomada de decisão e controle em qualquer domínio de atividade. Ramos do conhecimento como Administração, Contabilidade e Economia cada vez mais dedicam esforços para o desenvolvimento de modelos de previsão para as variáveis empresariais. Fabris (2010) destaca que, por representar uma variável síntese das atividades, o lucro empresarial tem sido objeto intenso de análise, para analistas de mercado, administradores, contadores, economistas, financistas, investidores e demais *stakeholders* das organizações. Nesse contexto, surge a necessidade de verificar se existe relação de curto e longo prazo entre as variáveis macroeconômicas e o lucro das empresas. Dito de outra maneira, pretende-se estimar equações que descrevam a relação de longo prazo entre as variáveis e, se for possível, corrigir os desvios existentes, no longo prazo, através da estimação de equações que descrevam de forma eficiente as oscilações dessas variáveis no curto prazo.

### Metodologia

Utilizaram-se os testes de raízes unitárias, de Engle e Granger (1987) e o modelo de previsão com correção de erros para verificar a relação existente entre as variáveis macroeconômicas e o lucro operacional da Petrobrás. Os dados do lucro operacional foram coletados no Economática e as variáveis macroeconômicas utilizadas foram coletadas no BACEN, IBGE, FGV e MTE. O lapso temporal utilizado refere-se aos trimestres de 2000 até 2010 e o software utilizado para estimar as equações foi o Eviews.

### Resultados e Discussão

A metodologia proposta por Engle e Granger (1987) pressupõe que, para existir relação de longo prazo, é necessário que as séries sejam não estacionárias em nível e estacionárias em primeira diferença. Observa-se, na tabela 1, que todas as séries, com exceção do consumo e emprego, podem ter uma relação de curto e longo prazo com a série do lucro operacional, pois as séries apresentam-se não

estacionárias em nível e estacionárias em primeira diferença.

Tabela 1: Resultados encontrados

Variáveis	Nível	1º Diferença	Resíduos	MCE
Câmbio	0,38	0,00***	0,24	-0,21**
PIB	1,00	0,01**	0,01**	-0,44***
Consumo	1,00	0,41	0,07*	-0,31**
Juros	0,29	0,00***	0,09*	-0,40***
Desemprego	0,95	0,00***	0,00***	-0,46***
Emprego	0,02**	0,03**	0,22	-0,15**
Inflação	0,86	0,00***	0,00***	-0,60***
Investimento	0,99	0,01**	0,05*	-0,36**
Petrobrás	0,40	0,00***	--	--

Fonte: Elaboração Própria. Nível de Significância: \*10%, \*\*5%, \*\*\*1%

Ressalta-se ainda que para as séries terem uma relação de longo prazo é preciso que os resíduos sejam estacionários. Os resultados apontam que os resíduos da equação apresentam-se, em sua maioria, estacionários, as exceções são o câmbio e o nível de emprego. O Modelo de Correção de Erro (MCE) indica a velocidade com que a série do lucro operacional será corrigida no curto prazo dado as oscilações das variáveis macroeconômicas.

### Conclusão

Destaca-se que o lucro operacional da Petrobrás e as variáveis macroeconômicas, em sua maioria, convergem para o equilíbrio de longo prazo. O MCE apresenta-se bastante significativo, ou seja, pode-se prever as oscilações do lucro operacional, no curto prazo, observando os parâmetros estimados anteriormente.

### Fonte Financiadora

Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão - PROPEX

### Referências Bibliográficas

ENGLE, R.F.; GRANGER, C.W. (1987). "Co-integration and error correction: Representation, estimation and testing". *Econometrica*, 55, 251-276.  
 FABRIS, T. R., Propriedades das Séries Temporais dos Lucros Trimestrais das Empresas Negociadas em Bolsa. *Revista Brasileira de Finanças, Rio de Janeiro, Vol. 8, No. 3, 351-376, 2010*

## **7.9 A TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS EM EMPRESAS DE CONFECÇÃO NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA**

**Fabris, T.R.<sup>1</sup>**

**Netto, F.P.<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> *Curso de Economia (UNESC) Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor – POPE Institucional*

<sup>2</sup> *Curso de Economia (UNESC)*

*Palavras chaves: Terceirização, Confecção, Criciúma.*

### **Introdução**

Diante da expressiva competitividade entre as empresas a questão da qualidade torna-se fundamental na elaboração de estratégias competitivas em qualquer organização que tenha por objetivo manter-se no seu mercado. Nesse sentido, surge a terceirização de serviços como uma estratégia que tem se mostrado muito eficaz. Sabe-se que o processo de terceirização possui várias vantagens e desvantagens conforme destacado por Queirós (2002), Lakatos (1997), Batista (2007) e Leiria (1997). A indústria de confecções, na maioria dos países, se caracteriza por ser composta por um elevado número de empresas, uma fragmentação e diversidade de escalas produtivas, na sua maioria micro e pequenas empresas. Esta característica também acontece nas indústrias de confecções da região sul de Santa Catarina. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo verificar quais as atividades que são terceirizadas e identificar as principais vantagens e desvantagens da terceirização identificadas pelas empresas de confecção do município de Criciúma.

### **Metodologia**

Foram aplicados questionários nas empresas de confecção do município de Criciúma associadas ao Núcleo da Moda, totalizando vinte e sete empresas. O questionário é composto por dezesseis questões e foi aplicado em abril de 2011.

### **Resultados e Discussão**

Vale destacar que a maioria das empresas 29% apresenta um bom tempo de atuação no mercado, de dezesseis a vinte anos e apenas 4% das empresas possui menos de um ano. Mais da metade das empresas, aproximadamente 55%, trabalham exclusivamente com moda feminina, 30% trabalham com moda masculina e feminina e apenas 1% trabalha com moda infantil. A redução de custos e de obrigações trabalhistas foram os principais motivos que levaram as empresas a terceirizar seus serviços, 45% das instituições destacaram esses pontos. A maioria das empresas

59% classifica os serviços de terceirização como bons, 30% consideram excelente e apenas 11% consideram o serviço razoável. A principal desvantagem da terceirização diz respeito aos prazos de entrega, 70% das empresas de confecção enfrentam problemas relacionados ao prazo de entrega. Apenas 11% das empresas afirmam terceirizar todos os seus serviços, enquanto que 33% utilizam o serviço para facção, estamperia, bordada e lavanderia. No que diz respeito ao número de funcionários, 29% das empresas possuem até 10 funcionários e apenas 7% das empresas possuem mais de 50 funcionários.

### **Conclusão**

A luz do objetivo geral constata-se que grande parte das empresas possui um tempo considerável no mercado e atuam, em sua maioria, com moda feminina. O principal motivo que levou as organizações a adotarem a terceirização como uma estratégia é a redução de custos e de obrigação trabalhistas. As empresas consideram que os serviços são bons, mas identificam que existe um grande problema pertinente ao prazo de entrega dos produtos terceirizados.

### **Fonte Financiadora**

Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão - PROPEX

### **Referências Bibliográficas**

BATISTA, M. G. S. L. Relações de trabalho no processo de terceirização: Estudo de caso da UFRGN. Revista Técnica IPEP, São Paulo, SP, v. 7, n. 1, p. 33-44, jan./jun. 2007.

QUEIROZ, Carlos Alberto Ramos Soares de. Manual de terceirização. São Paulo: STS, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. Sociologia da administração. São Paulo: Atlas, 1997.

LEIRIA, Jerônimo Souto. Terceirização: uma alternativa de flexibilidade empresarial. São Paulo: Gente, 1997.

## 7.10 PREVISÃO DA ARRECAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS PARA O MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

Fabris, T. R.<sup>1</sup>

Gonçalves, J.P.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Curso de Economia (UNESC) Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor – POPE Institucional

<sup>2</sup> Curso de Economia (UNESC)

Palavras-chaves: Receitas Tributárias, Modelos ARIMA, Criciúma.

### Introdução

A crescente demanda pela profissionalização das organizações públicas e privadas, assim como os diversos mecanismos legais em vigor no país, tal qual a Lei de Responsabilidade Fiscal, vêm obrigando os gestores públicos a saberem com boa antecedência os resultados futuros da arrecadação dos tributos. Diante disso, os *policymakers* procuram desenvolver metodologias para tomadas de decisão precisas. Neste contexto, surgem os modelos de previsão que visam determinar valores *ex-ante*. O presente estudo preocupa-se em desenvolver modelos univariados (SARIMA) de previsão utilizando séries históricas da arrecadação de tributos no município de Criciúma. Silveira (2000), utilizou modelo unidimensional valendo-se de dados mensais, os resultados apontam um erro de previsão de aproximadamente 5%. Coccaro (2000), faz comparação das previsões usando redes neurais, modelo estrutural e modelo unidimensional encontrando um erro de aproximadamente 3%.

### Metodologia

O estudo apresenta a aplicação da metodologia proposta por Box e Jenkins para prever *ex-ante* a arrecadação tributária (ALVARÁ, ICMS, IPI, IPTU, ISSQN e ITBI) do município de Criciúma. Os dados mensais foram coletados no Tesouro Nacional para o período de 2005 a 2010. Conforme a metodologia proposta utilizou-se os correlogramas para identificar os modelos, a estatística de Ljung-Box para realizar o diagnóstico das equações e o Erro Absoluto Médio para verificar o poder de precisão dos modelos SARIMA.

### Resultados e Discussão

Foram testados 37 modelos para verificar qual a equação que se ajusta melhor aos dados. Os modelos escolhidos, o teste de diagnóstico e o poder de previsão dos modelos são apresentados na tabela 1. Os resultados da estatística Ljung-Box apontam que o único tributo que rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos é o Alvará, desta

\*Thiago Rocha Fabris([thiagorfabris@unesc.net](mailto:thiagorfabris@unesc.net))

Juliane Possamai Gonçalves ([july\\_pop1@hotmail.com](mailto:july_pop1@hotmail.com))

maneira, não se pode confiar na previsão dessa equação.

Tabela 1: Modelos, Diagnóstico e Poder de Previsão

Tributos	Modelos	Diagnóstico	MAPE
Alvará	(111) (101)	0,002***	0,75
ICMS	(311) (000)	0,885	0,09
IPI	(100) (000)	0,913	0,13
IPTU	(101) (100)	0,983	0,11
ISSQN	(200) (001)	0,234	0,65
ITBI	(211) (000)	0,937	0,18

Fonte: Elaboração Própria. Nível de Significância: \*10%, \*\*5%, \*\*\*1%

Os MAPEs apontam o grau de precisão das previsões dos modelos. Lewis (1997) destaca que os valores do MAPE podem ser relacionados com a potencialidade das previsões. Por exemplo: MAPE < 10%, a previsão é potencialmente muito boa, MAPE < 20%, a previsão é potencialmente boa, MAPE < 30% previsão é potencialmente razoável e MAPE > 30% a previsão é potencialmente inexata. Observa-se que o ICMS é o que apresentou o melhor poder de previsão aproximadamente 9% de erro para n períodos à frente.

### Conclusão

Os modelos univariados de previsão mostram-se potencialmente bons para a maioria das séries analisadas, ou seja, os *policymakers* devem fazer uso desses modelos para definir *ex-ante* os valores da receita do município de Criciúma.

### Fonte Financiadora

Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão - PROPEX

### Referências Bibliográficas

COCCARO, S. M. B.; A Arrecadação do ICMS-RS: Um Enfoque Econométrico. UFRGS, 2000.  
LEWIS, Colin D. Demand Forecasting and Inventory Control. New York: Wiley, 1997  
SILVEIRA, A. L.; Um modelo de Previsão da Arrecadação do ICMS em Goiás. Fundação Getúlio Vargas, Goiânia, 2000.

## Modalidade Pesquisa

### 7.11 ATIVIDADE INDUSTRIAL: ÍNDICES DE EMPREGO E SALÁRIO 2002 - 2010

Gastaldon, M. C.<sup>1</sup>

Pereira, L. L.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Instituto de pesquisa socioeconômica aplicada (IPESE/UNESC)

<sup>2</sup> Curso de Economia (UNACSA/UNESC)

Palavras chave: Atividade Industrial, indústria geral, indústria extrativa, salário e emprego.

#### Introdução

A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, produz indicadores relativos ao comportamento do emprego e dos salários nas atividades industriais. O objetivo deste resumo é comparar, para Santa Catarina, o desempenho da indústria em geral com a indústria extrativa entre 2002 e 2010

#### Metodologia

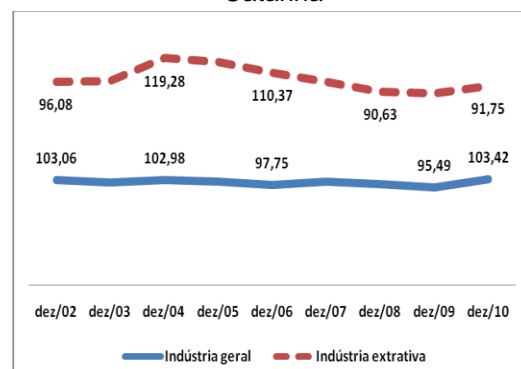
O índice da Pesquisa Industrial de Emprego e Salário do Ibgge, que foi utilizado para elaboração deste resumo, representa a síntese do desempenho das dezoito principais atividades industriais de Santa Catarina. O período de estudo contempla os meses de dezembro entre 2002 e 2010. A unidade de coleta são as empresas formais, reconhecidas como industriais pelo Ibgge.

#### Resultados e discussão

A indústria geral se mantém em equilíbrio, variando muito pouco de um ano para outro. Seu índice inicial foi de 103,06 em dez/02 registrando poucas variações, exceto a forte queda em 2009 – decorrente da crise financeira internacional. Todavia, fechou a série no ano com índice de 103,42. Terminou o período analisado em melhores que a iniciada. Já indústria catarinense de extração apresentou mais oscilações em seu comportamento. Começou com índice de 96,08 chegando ao final de 2004, no seu pico, com 119,28 pontos. Em seguida entrou em trajetória de queda, terminando com um índice de 91,75 em 2010. Situação pior que aquela registrada no início da série estudada. A figura 1, ilustra o comparativo das

performances para Santa Catarina de sua indústria geral com a indústria de extração.

Figura 1 – Comportamento da indústria geral e da indústria extrativa em Santa Catarina



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ibgge

#### Considerações finais

A indústria geral apresentou pequenas variações e terminou o período analisado em situação ligeiramente melhor que a do início. Ao passo que a indústria geral é mais resistente às alterações econômicas, a indústria extrativa catarinense é mais instável, mostrando fortes oscilações no período.

#### Fonte financiadora

Pró-Reitoria de pós-graduação, pesquisa e extensão.

#### Referência bibliográfica

IBGE. **Serie Estatísticas, Atividade Industrial, Indústria Extrativa e de Transformação.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 de agosto de 2011.

## 7.12 ORÇAMENTO FAMILIAR PARA MULHERES

Fabris, T.R.<sup>1</sup>; Lanzarini, J.J.S<sup>2</sup>; Fernandes, M.A.<sup>3</sup>; Mattia, P.L.<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Coordenador - Projeto de extensão: Orçamento Familiar para mulheres do clube de mães do município de Forquilha

<sup>2</sup> Professor voluntário

<sup>3</sup> Bolsista

<sup>4</sup> Bolsista

Palavras-chave: Orçamento Familiar; Clube de Mães; Consumo das Famílias.

### Introdução

A gestão do orçamento familiar exerce papel fundamental no consumo das famílias. Entende-se que todo o cidadão, ao estar inserido no sistema econômico, necessita de bens e serviços. Entretanto a escassez desses bens e serviços faz com que o agente econômico tenha a necessidade de gerir seus recursos. Cerbasi (2003) afirma que, o modo como cada um de nós lida com o dinheiro acaba por influenciar, de várias maneiras, a economia do país. Considerando que as famílias sejam o primeiro núcleo da sociedade, entende-se que o planejamento familiar é o imprescindível para a gestão desses recursos escassos. Nota-se nos últimos anos, uma maior participação das mulheres, especialmente mães participantes dos Clubes de Mães na gestão do orçamento familiar, pois são elas que ajudam a definir diariamente que destino será dado aos recursos financeiros da família. Nesse sentido, o projeto de extensão tem como objetivo auxiliar as mulheres do meio rural a elaborar e acompanhar o planejamento financeiro familiar a fim de gerir a escassez de recursos. Ou seja, pretende-se despertar, no público-alvo, a capacidade de aprender a identificar os problemas e desafios da elaboração e aplicação do orçamento na condução de suas famílias.

### Metodologia

O foco do projeto de extensão considera as mulheres do meio rural do município de Forquilha, participantes dos clubes de mães. A amostra considera dezoito clubes de mães o que corresponde a aproximadamente duzentas e dez famílias. Utilizaram-se conceitos simples de finanças pessoais e de planejamento financeiro familiar, para auxiliar na construção de planilhas financeiras a fim de auxiliar o acompanhamento do orçamento familiar. As ações desenvolvidas deram-se por meio

de palestras, discussões e exposições práticas sobre a elaboração do orçamento familiar.

### Resultados e Discussão

Até o presente momento foram feitas palestras em todos os clubes de mães e apresentaram-se metodologias instrumentais para a elaboração e o acompanhamento do orçamento familiar. Notou-se que a maioria das famílias não utiliza nenhum instrumento de planejamento e controle familiar para gerir a escassez dos recursos. No primeiro momento, primeiro semestre de 2011, os participantes obtiveram noções sobre orçamento familiar que permite que as referidas famílias tenham o controle das receitas, despesas e investimentos. No segundo semestre de 2011 será implementada uma segunda rodada de palestras e aplicação de exercícios práticos junto ao público-alvo para reforçar o aprendizado e fixar o entendimento do conteúdo repassado.

### Conclusão

Espera-se, que ao final do projeto, as famílias possam controlar constantemente o orçamento doméstico, ou seja, tenham condições suficientes de controlar as receitas e as despesas domésticas a fim de gerir os recursos econômicos escassos. Vale ressaltar que os resultados estatísticos serão apresentados somente no mês de novembro.

### Fonte Financiadora

Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão - PROPEX

### Referências Bibliográficas

CERBASI, G. Como Conquistar e Manter Sua Independência Financeira. São Paulo: Gente, 2003.

EID JR, W. e GARCIA, F.G. Guia Folha Finanças. São Paulo: PUBLIFOLHA, 2002

\*Thiago Rocha Fabris ([thiaqorfabris@unesc.net](mailto:thiaqorfabris@unesc.net))

\*Joelcy ([joelcy@unesc.net](mailto:joelcy@unesc.net))

\*Mauro ([mauroefernandes@hotmail.com](mailto:mauroefernandes@hotmail.com))

\*Paula ([paula-leticia1@hotmail.com](mailto:paula-leticia1@hotmail.com))

## 7.13 AÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ÂMBITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA AUTOGESTÃO

Pereira, M.C<sup>1</sup>; Maciel, R.O<sup>2</sup>; Lopes, G.S<sup>3</sup>; Estevam, D.O<sup>4</sup>; Goulart, P.M<sup>5</sup>;

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia – UNESC

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Economia – UNESC

<sup>3</sup> Professora Mestre do Curso de Administração (PPGCSA/UNESC)

<sup>4</sup> Professor Doutor do Curso de Economia (PPGCSA/UNESC)

<sup>5</sup> Professora Doutora do Curso de Psicologia (PPGCSA/UNESC)

*Palavras chaves: Extensão Universitária, Autogestão, Economia Solidária*

### Introdução

A associação beneficente ABADEUS, de caráter filantrópico, solicitou a parceria da UNESC, para apoiar o processo de incubação da Cooperativa de Produção de Desenvolvimento Sustentável – COOPERDUS, situada em um dos bairros mais carentes de Criciúma – SC. A partir de tal demanda, por meio do PAES - Programa de Ações em Economia Solidária – elaborou-se um projeto de extensão e formou-se uma equipe interdisciplinar abrangendo acadêmicos e professores dos cursos de Administração, Economia e Psicologia. O público alvo foi constituído por cerca de quinze mulheres, com variantes de ensino fundamental ou analfabetismo, entre vinte a cinquenta e cinco anos. O projeto foi desenvolvido no ano de 2010 e teve como objetivo geral, contribuir para o fortalecimento da COOPERDUS com vistas na geração de trabalho e renda.

### Metodologia

Os procedimentos se pautaram em oficinas práticas. A primeira, denominada Oficina de Socialização, teve por objetivo promover maior integração entre as cooperadas, construir conceitos de cooperativismo e promover a autonomia do grupo; a segunda se centrou em melhorias no ambiente laboral e do processo produtivo; e a terceira oficina foi um estudo sobre o estatuto da cooperativa. Foram realizadas também mostras de vídeos, textos e discussões que abordassem os princípios do cooperativismo e da Economia Solidária.

### Resultados e Discussão

Com base num fórum no local, observou-se que a oficina de Socialização possibilitou uma maior autonomia das cooperadas com relação a gestão da cooperativa. A oficina de layout proporcionou melhoria do espaço físico, aumento da qualidade do produto, e maior conforto no local de trabalho.

\*autor correspondente (e-mail)

O estudo sobre o estatuto não resultou na reformulação do documento, mas proporcionou maior entendimento do mesmo aos membros da cooperativa. As outras atividades proporcionaram ao grupo a construção de conhecimentos voltados para emancipação social, autogestão e para o cooperativismo autêntico. (CIA E CORTEGOSO, 2007; DAL MAGRO E COUTINHO, 2008; VERONESE E GUARESCHI, 2005)

### Conclusão

Embora as atividades tenham colaborado com o fortalecimento da cooperativa, muitas das mulheres não permaneceram no empreendimento, em função principalmente da renda, uma vez que o mercado formal oferta maiores benefícios financeiros. Concluiu-se que as cooperadas que optaram por permanecer na cooperativa contam hoje com um embasamento centrado na autogestão, têm maior autonomia e uma melhor compreensão sobre como funciona e o que significa uma cooperativa. Ressalva-se que foram encontrados dificuldades nesta atuação, similares aquelas citadas na literatura atual: Visão hierarquizada dos empreendimentos; riscos ergonômicos e burocracia para a consolidação das cooperativas.

### Fonte Financiadora

UNA CSA- PAES - UNESC.

### Referências Bibliográficas

CIA, F.; CORTEGOSO, A. L. Condutas de mediadores em processos de decisão coletiva como condição para uma educação emancipatória na Economia Solidária. *Psicol. Soc.* v.19, n.2, pp. 103-113, 2007.  
VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da Psicologia Social Crítica. *Revista Psicologia & Sociedade.* v.17, n.2, mai/ago de 2005

## **7.14 PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO AO PEQUENO EMPREENDEDOR UMA ANÁLISE SUBJETIVA DO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO**

*Acadêmicos: Costa, A.F.<sup>1</sup>, Rocha, A.F.<sup>2</sup>, Maia, F.O.<sup>2</sup>, Landim, J.J.P.<sup>3</sup>; Padoin, R.P.<sup>1</sup>; Medeiros, R.M.<sup>3</sup>;  
Orientadores: Ritta, C.O.<sup>1</sup>; Teixeira, R.F.<sup>2</sup>, Silva G.T.F.<sup>3</sup>.*

*POPE e Cursos de Ciências Contábeis<sup>1</sup>; Psicologia<sup>2</sup>, Economia<sup>3</sup>*

*Palavras chaves: Empreendimento, orientação, POPE, projeto multidisciplinar.*

### **Introdução**

**Introdução:** O Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor (POPE) é um projeto de extensão multidisciplinar, cuja equipe é formada por seis acadêmicos e três orientadores, dos cursos de Ciências Contábeis, Economia e Psicologia, vinculado a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e a Instituição de Crédito Solidário - CREDISOL. O objetivo é orientar tomadores do microcrédito concedido pela OSCIP, com o propósito de ampliar a longevidade do empreendimento, bem como o progresso do mesmo.

### **Metodologia**

**Metodologia:** Em relação à metodologia, os acadêmicos dividem-se em dois grupos, cada um com representantes das três áreas, onde através de visitas aos empreendimentos coletam-se dados através de questionários, no intuito de mensurar pontos pertinentes e obter as informações necessárias que são repassadas aos orientadores, a partir destas orientações os grupos retornam aos empreendimentos dar as devidas recomendações. No término de um ano, entre 2010 - 2011 o projeto atendeu 32 empreendedores, realizando cerca de 80 orientações, nas cidades de Criciúma e Içara, sendo que 65,6 % destes empreendedores são mulheres.

### **Resultados e Discussão**

**Resultados e Discussão:** Em uma análise subjetiva, observa-se que a maior mudança que ocorreu na carreira profissional destes, foi montar seu próprio empreendimento. Apesar de todas as problemáticas enfrentadas no (dia-a-dia), não permitem que questões emocionais interfiram nas atividades a serem executadas, mantendo a auto estima elevada demonstrando persistência e otimismo. No que se refere ao empreendimento, não utilizam uma forma adequada de controle

financeiro, sendo um dos aspectos mais relevantes a inexistência da distinção entre as contas pessoais e do empreendimento. Desta forma o programa fornece o material – elaborado pelos próprios integrantes do POPE – para que haja um controle apropriado. Devido à falta de controle financeiro, há uma dificuldade na mensuração de lucros, custos, investimentos futuros, fazendo com que ocorra uma distorção dos fatores importantes para um planejamento eficaz.

### **Conclusão**

**Conclusão:** Considerando os resultados, observa-se a importância do programa de orientação, como instrumento de auxílio para o crescimento e desenvolvimento contínuo dos empreendimentos, uma vez que devido a eventual falta de instrução nas áreas de Contabilidade, Economia e Psicologia, surgem questões que dificultam a estabilidade do mesmo.

### **Fonte Financiadora**

**Agradecimentos:** CREDISOL/UNESC.

### **Referências Bibliográficas**

CREDISOL: **A CREDISOL**, Criciúma, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.credisol.org.br/credisol/historicoorganizacao>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

SCHREIBER, José Gentil. **O Papel Do Microcrédito No Combate À Pobreza: Avaliação Do Impacto Do Microcrédito Sobre A Renda Dos Microempreendedores, Clientes Do Banco Do Empreendedor**. 2009. 172 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Área de concentração: Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

## 7.15 ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: NOVAS PERSPECTIVAS PARA AS COSTUREIRAS DO BAIRRO CRISTO REDENTOR

Santos, Q.<sup>1</sup>. Benfatto, A. C.<sup>2</sup>. Sartor, R.R.<sup>2</sup>. Jerônimo, R.N.T<sup>1</sup>. Cittadin, A.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Curso de Psicologia – UNASAU/UNESC, <sup>2</sup> Curso de Ciências Contábeis – UNACSA/UNESC

Palavras chaves: economia solidária, mulheres, costureiras.

### Introdução

Este projeto nasceu com o objetivo de promover o fortalecimento da cooperativa popular COOPERDUS com vistas à geração de trabalho e renda, e está em andamento desde 2009. Em 2011, após conversas com a direção da ABADEUS optou-se por trabalhar com as mulheres que se capacitam no curso técnico em costura e as cooperadas da referida Cooperativa, com base nos pressupostos da Economia Solidária. Foram inseridos módulos específicos, pertinentes ao campo das Ciências Contábeis, Psicologia Social e Ambiental. O método se atém à construção ativa do conhecimento com ênfase nas dimensões humanas, técnicas e gerenciais. Em consideração a situação de exclusão social da comunidade do bairro Cristo Redentor, considera-se que este projeto atende as determinações da LOAS em diversos aspectos, quais sejam: *subsidiar tecnicamente e socialmente grupos populares por meio da qualificação de suas capacidades produtivas e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência e a elevação do padrão da qualidade de vida.* (SEÇÃO V, art. 25)

### Metodologia

Reuniões com equipe da ABADEUS; aplicação de questionário com as mulheres em capacitação no curso de costura na ABADEUS para conhecer o perfil socioeconômico; encontros grupais com oficinas temáticas sobre projeto de vida, trabalho e renda no viés da Economia Solidária; planejamento e realização de uma feira na comunidade Cristo Redentor com a participação das mulheres.

### Resultados e Discussão

No que se refere à dimensão psicossocial destas mulheres pretende-se o fortalecimento da autonomia e emancipação e em nível interpessoal a valorização de aspectos que favoreçam o empoderamento dos participantes. Por meio do questionário e da primeira oficina realizada já se observa um olhar que mira um horizonte onde seus sonhos possam alcançar uma realidade com o trabalho coletivo e uma visão intrapessoal que dimensiona a mulher em sua luta diária com as adversidades mas também com conquistas que alteram para melhor sua autoestima e sua autoimagem. As mulheres podem ser protagonistas

no ambiente onde moram, vivem e constroem seus laços familiares, de amizade e tantas outras dimensões que acontecem no cotidiano por meio do trabalho e especificamente da Economia Solidária (JERÔNIMO, 2009). Com a gestão participativa e a valorização das características *ditas* femininas que permeiam os princípios do cooperativismo e da economia solidária, a mulher se apropria aos poucos do espaço, do trabalho e de sua subjetividade nas cooperativas. Encontra nas relações intra e interpessoais e socioambientais, a força para mudar a sua história e a de seus pares.

### Conclusão

Diante do interesse apresentado pela ABADEUS em desenvolver atividades de Economia Solidária, pode-se dizer que este sinal representa boas expectativas de resultados positivos na execução das ações. Apresentam-se os seguintes benefícios: qualificação das mulheres para a autogestão e autonomia da cooperativa; o bom andamento das atividades repercutirá positivamente em credibilidade para os demais membros da comunidade, estimulando a adesão ao modo de trabalho cooperativista; reconhecimento social, autoestima, inclusão social que são fatores subjetivos que se traduzirão em benefícios indiretos à comunidade como um todo.

### Fonte Financiadora

**Fonte financiadora:** Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Edital nº 04/2011 UNACSA.

### Referências Bibliográficas

**Seletiva Solidária:** oficinas de humanização e saúde mental junto às mulheres da Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis CTMAR, de Criciúma – SC. Anais do III Seminário De Regional Sul De Resíduos Sólidos Caxias do Sul, UCS, 2009.

Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS

PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDARIA – PAES.  
**Economia Solidária e Autogestão: Novas perspectivas de extensão universitária junto a COOPERDUS/ABADEUS.** UNESC, 2011.

## 7.16 AÇÕES DE EXTENSÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMA DE EMANCIPAÇÃO E AUTONOMIA DE JOVENS DO CAMPO E FAMILIARES II

Estevam, D.O.<sup>1</sup>; Lanzarini, J.J.S.<sup>2</sup>; Maciel, R.O.<sup>3</sup>; Ronçani, L.D.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Professor do Curso de Economia e Administração - UNESC

<sup>2</sup> Professor do Curso de Economia - UNESC

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Economia – UNESC

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Economia - UNESC

Palavras chaves: Economia Solidária; Cooperativismo Virtual e Autonomia

### Introdução

**Introdução:** No Brasil, o preconceito em relação aos moradores do campo, ainda é imenso. Por isso, as lutas destas populações por melhores condições de vida têm uma longa trajetória. Dentre inúmeras se destaca o movimento por uma Educação do Campo, em que as Casas Familiares Rurais (CFRs) representam uma forma de resistência e uma luta por reconhecimento. No Sul Catarinense, precisamente no município de Armazém, foi criada a CFR de Armazém que trabalha com a formação dos jovens do campo, seus objetivos estão pautados nos princípios da economia solidária, do cooperativismo e do associativismo. Embora a formação apresente bons resultados, os jovens depois de formados encontram dificuldades para permanecerem no campo. Entre os problemas enfrentados, os relacionados à comercialização da produção e infraestrutura são os mais destacados. No sentido de colaborar com estes jovens e agricultores, desenvolveu-se o projeto de extensão vinculado ao Paes (Programa de Ações em Economia Solidária) da UNESC, no ano de 2010. O trabalho realizado resultou na criação da COOPERRICA (Cooperativa dos Agricultores Familiares do Vale do Rio Capivari). Em 2011 as atividades continuam e o objetivo é integrar ações educativas, administrativas e técnicas para operacionalização da Cooperrica.

### Metodologia

**Metodologia:** As atividades estão sendo desenvolvidas em Armazém (sede da Cooperrica). Os procedimentos pautaram-se na realização de encontros e reuniões entre a diretoria da Cooperrica e da CFR, professores e bolsistas da Unesc, agricultores, jovens e monitores da CFR, Extensionistas da Epagri e representantes das prefeituras. Foram realizadas reuniões, palestras e assessoria.

### Resultados e Discussão

**Resultados e Discussão:** Em 2010 foi criada a Cooperrica, mas os procedimentos para o seu funcionamento não foram encaminhados. Por isso,

as primeiras reuniões foram realizadas com objetivo de planejar as atividades a serem desenvolvidas para operacionalização da Cooperrica em 2011. Depois desta etapa foi convocada e realizada uma Assembleia Geral Extraordinária tendo a seguinte pauta: novas filiações, pagamento das cotas, cópias dos documentos para registro e outros. A etapa posterior foi auxiliar na elaboração dos documentos e nos procedimentos necessários para a implementação do registro da cooperativa junto aos órgãos competentes. A próxima etapa é organizar a parte administrativa, a obtenção de registro da marca junto ao INPI, a aquisição de sistema de gestão, sistema de código de barras, sistema de emissão de nota fiscal eletrônica, que irão facilitar a gestão da cooperativa.

### Conclusão

**Conclusão:** Em 2010 o projeto alcançou os objetivos traçados com a criação da Cooperrica. Em 2011, a proposta é a legalização da cooperativa e capacitar os cooperados para comercializarem seus produtos junto às prefeituras e no comércio em geral, conforme as normas da legislação vigente. Consta-se no desenvolvimento das atividades que os resultados alcançados são positivos. Um dos indicadores é o número de cooperados, que em 2010 era de 23 e passou em 2011 para 39 associados, com mais interessados, aguardando a próxima assembleia para integrar-se a Cooperrica.

### Fonte Financiadora

**Agradecimentos:** O projeto é vinculado ao PAES e foi inteiramente financiado pelo Edital 18/2010 da Unacsa/Unesc.

### Referências Bibliográficas

ESTEVAM, Dimas de O. **Casa Familiar Rural: a formação com base na pedagogia da alternância.** Florianópolis: Insular, 2003.  
SINGER, P. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** Brasília: MTE/SENES, Textos para discussão, 2004.

## 7.17 AÇÕES PARA CRIAÇÃO DE UMA REDE DE COOPERATIVAS VIRTUAIS NA AMREC

Lanzarini, J.J.S.<sup>1</sup>; Estevam, D.O.<sup>2</sup>; Júnior, S.F.S.<sup>3</sup>; Cândido, J.P.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Professor do Curso de Economia - UNESC

<sup>2</sup> Professor do Curso de Economia e Administração - UNESC

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Administração - UNESC

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia - UNESC

*Palavras chaves: Economia Solidária; Cooperativismo Virtual e Redes de comercialização*

### Introdução

**Introdução:** A idéia de se criar cooperativas virtuais surgiram em decorrência da falta de legalização dos empreendimentos rurais junto aos órgãos competentes que os tornou ilegal perante a legislação vigente. Assim a solução foi a criação das cooperativas virtuais introduzidas na Região por um grupo de agricultores familiares do município de Nova Veneza que buscou o auxílio da Epagri daquele município. A união destes agricultores com os técnicos da Epagri deu origem a criação deste modelo de cooperativa na Amrec. Na mesma lógica, a criação das cooperativas em que os agricultores trabalhavam isoladamente e sem perspectivas de continuidade no meio rural, com elas tiveram a possibilidade de permanecer no campo e viver com dignidade e autonomia. Agora é o momento de fortalecer o movimento cooperativista através da integração, cujo objetivo é o de desenvolver ações para criar uma rede de cooperativas virtuais na Região da Amrec. Acreditamos que caso isso não ocorra, as chances de sobrevivência destas cooperativas são muito remotas.

### Metodologia

**Metodologia:** As atividades estão sendo desenvolvidas pelos professores e bolsistas do projeto junto às cooperativas de agricultores familiares da região de Criciúma em parceria com a EPAGRI. Foram realizadas reuniões e conversas com dirigentes das instituições envolvidas e cooperativas, com objetivo de sensibilizá-los à aderir ao movimento de formação de uma rede de comercialização para os seus produtos, reafirmando assim os objetivos do cooperativismo. A próxima tarefa é fazer uma reunião com as interessadas para determinação dos próximos passos, os quais serão executados até dezembro de 2011

### Resultados e Discussão

**Resultados e Discussão:** Foram realizadas 2 reuniões com as cooperativas interessadas, na sede da EPAGRI de Criciúma, onde iniciou-se a discussão dos objetivos do projeto. Como resultado

da primeira reunião, concretizou-se a possibilidade de participação das cooperativas de agricultores familiares da região no maior evento do agronegócio do Sul Catarinense, denominado AGROPONTE, que será realizado de 10 a 13 de agosto de 2011, no Centro de Eventos de Criciúma. Ainda em construção, está a participação destas na Feira de Economia Solidária, à realizar-se na UNESC em outubro de 2011. É importante salientar, que estes espaços destinados à comercialização de produtos foram conseguidos sem qualquer custo para os associados das cooperativas. Fica como desafio até o final do ano, fazermos uma excursão com membros das diretorias até uma rede de cooperativas existente no estado e posteriormente encaminharmos para a implementação de uma rede local de comercialização.

### Conclusão

**Conclusão:** Os resultados obtidos até o momento são animadores, pois obtiveram-se ganhos expressivos para as cooperativas através da participação na AGROPONTE e na Feira de Economia Solidaria. Além disso, iniciou-se a discussão com as diretorias das cooperativas sobre a necessidade de implantação do sistema de comercialização em rede como forma de viabilização da pequena propriedade rural. Para o meio acadêmico os ganhos foram significativos, pois houve um aprofundamento nas discussões sobre economia solidária, cooperativismo e comercialização em rede.

### Fonte Financiadora

**Agradecimentos:** O projeto é vinculado ao PAES e foi inteiramente financiado pelo Edital 18/2010 da Unacsa/Unesc

### Referências Bibliográficas

Amato Neto, João. Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas: Fundação Vanzolini, 2000. 163 p.

